



8º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE

26 a 30 de Setembro - João Pessoa/ PB

**A APS no SUS em Contexto
de Restrição de Direitos.**



**CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ – COSEMS/PA**

CONCEITO DE APS:

Uma estratégia de organização da atenção à saúde voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada à maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades



Avanços da APS no Brasil com o Sistema Único de Saúde



- Lei 8080/90;
- NOB's, NOAS, PACTO e COAP;
- Programa ACS/91;
- Programa ESF/94;
- NOB/96 "A Ousadia de Cumprir e Fazer Cumprir a Lei" PAB Fixo;
- Portaria 648/2006, Prioridade para ESF;

Avanços da APS no Brasil com o Sistema Único de Saúde



- Lei 13.350/2006, ACS e ACE Vínculo;
- PNAB, Portaria 2488/2011;
- Programa Mais Médicos/Lei 12 871/2013;
- Convênio OPAS;
- PNAB, Portaria 2436/2017;
- Saúde na Hora, Médicos Pelo Brasil, nova proposta do Ministério da Saúde/2019.

Legislação
Aplicada ao SUS

Dificuldades Atuais Para Ampliação do Acesso a APS



- Dificuldade Econômica;
- Dificuldade Jurídico/Legal;
- Dificuldade Política;



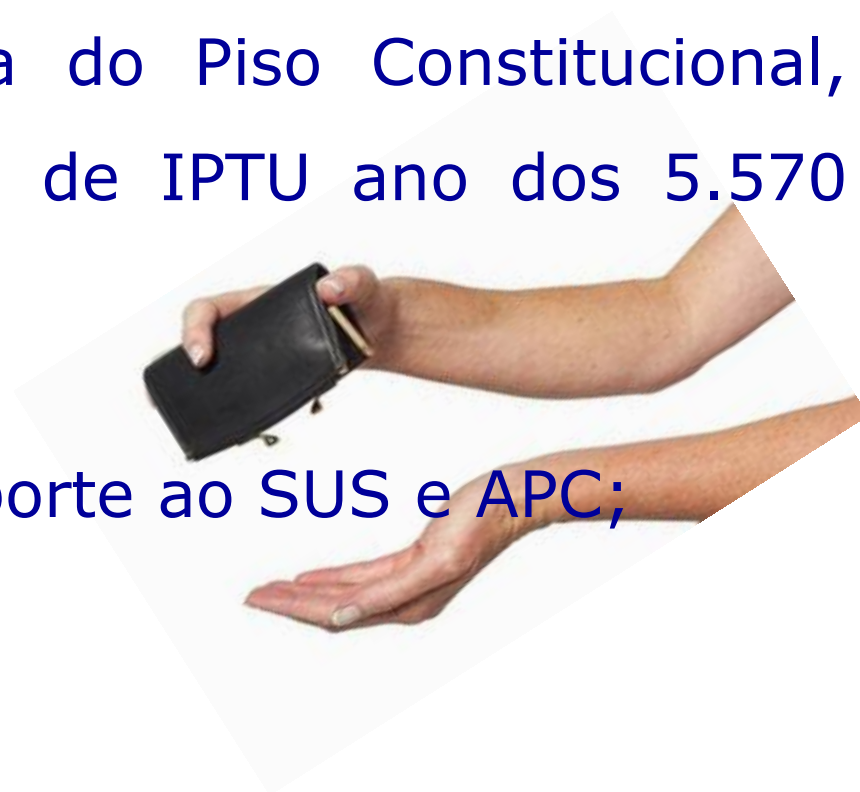
Dificuldade Econômica:

- Cenário negativo para aumentar impostos, o Brasil já tem um peso de impostos na casa dos 30% do PIB igual aos países da OCDE;
- PIB deve se ter crescimento de no máximo 1% em 2019;



Dificuldade Econômica:

- Incapacidade das Gestões Municipais aportarem mais recursos, dados de 2015 mostram que aportaram montante de 25 bilhões acima do Piso Constitucional, equivalente a toda arrecadação de IPTU ano dos 5.570 municípios brasileiros;
- Estados quebrados não fazem aporte ao SUS e APC;



Dificuldade Jurídico/Legal:

- Emenda Constitucional 95/2016, a Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 2016, institui Novo Regime Fiscal, determinando que, em 2017, as despesas primárias teriam como limite a despesa executada em 2016, corrigida em 7,2%. A partir de 2018, vigoraria o limite do exercício anterior, atualizado pela inflação de doze meses. Na prática, a EC 95 congela as despesas primárias, reduzindo-as em relação ao PIB ou em termos per capita por duas décadas.

EMENDA CONSTITUCIONAL 95

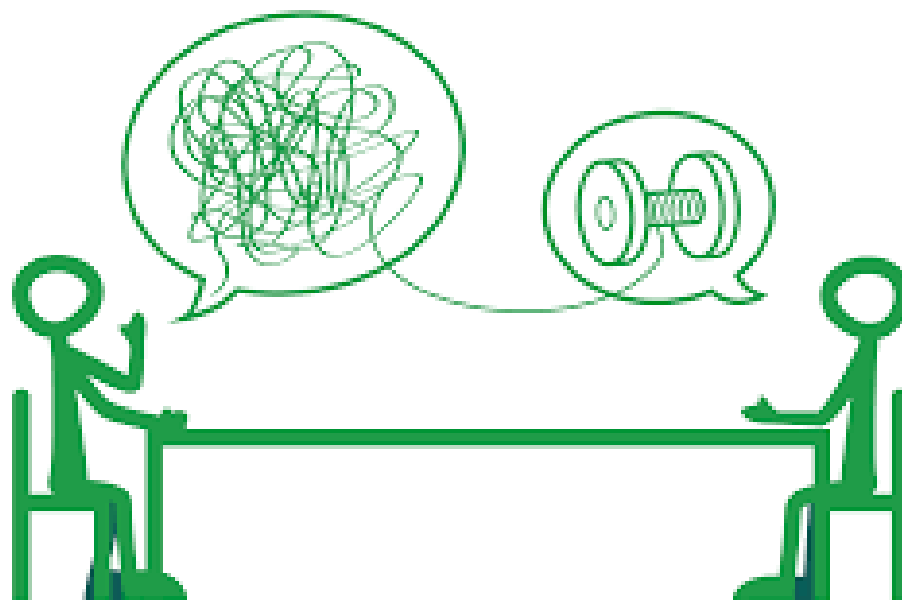


20 ANOS



Dificuldade Jurídico/Legal:

- Lei Complementar 101/2009, Lei Responsabilidade Fiscal dificulta sobre maneira a ampliação dos todos os Serviços de Saúde.



Dificuldade Política:

- Agenda Conservadora do Governo Federal com dificuldade de audiência com representação social;
- Proposta da Área Econômica do Governo de Desvinculação de Aplicação de Recursos/
Furar o Piso;



Dificuldade Política:



- Políticas Sociais agregadas a Saúde sendo revistas e reformuladas com pouca participação;
- Agenda na Área Social mais próxima de preocupações financeiras com receitas externas centradas em diminuição de despesas e limitação de acesso.